

Trinta mil alunos levam 26 escolas à Justiça

Cerca de 30 mil alunos das escolas particulares de Brasília já entraram na Justiça contra o aumento de mensalidades concedido aos colégios pelo Conselho Estadual de Educação. São mais de 26 escolas envolvidas na Justiça devido à decisão dos alunos de não pagar as duas últimas mensalidades referentes aos meses de junho e julho, que na maioria dos colégios sofreram reajustes de até 80%.

As reclamações dos estudantes não se limitam às escolas particulares de primeiro e segundo graus. Os universitários também estão na luta pelo menor preço de mensalidades. Estudantes do Ceub, UDF, Faculdade Dom Bosco e Faculdades Integradas Católica de Brasília, totalizando cerca de quatro mil alunos, entraram na Justiça, representados pelo advogado Oldemar de Matos, que impetrou vários mandados de segurança contra o Conselho Estadual de Educação e as escolas, obtendo liminares da Justiça em todos os casos. Com o sucesso da iniciativa, mais 500 alunos da UDF, 800 da Católica e 1.500 do Ceub entraram com novos pedidos na Justiça.

Obtidas as liminares, os alunos estão autorizados a suspenderem o pagamento das mensalidades reajustadas, sem prejuízo dos seus interesses. Mas não é que o vem acontecendo. Muitas escolas estão impedindo os alunos que recorreram à Justiça de fazerem a matrícula para o segundo semestre, como no caso das Faculdades Católica e Dom Bosco. Ontem, à tarde, vários alunos estiveram na 1ª e 2ª Vara da Fazenda Pública, no Fórum, acompanhados de Oldemar de Matos que deu entrada com uma petição ao juiz contra a atitude da direção das escolas de condicionarem as matrículas nas Faculdades ao pagamento das mensalidades reajustadas. Segundo Oldemar, as escolas são obrigadas a obedecer a Justiça através do cumprimento da liminar que determinou a suspensão do pagamento das mensalidades aos que recorreram ao judiciário.

Algumas direções de colégios particulares também recorreram à Justiça. A direção da UDF recorreu em segunda instância da decisão do Tribunal de Justiça com um «agravo regimental» para anular as liminares obtidas pelos estudantes. Mas o «agravo regimental» foi negado.

A direção do Ceub, segundo o diretor financeiro, Ilton Góes, ainda não recebeu nenhum comunicado oficial da Justiça sobre as liminares que suspendem automaticamente o pagamento das mensalidades reajustadas. «Quando acontecer o fato» — afirma ele —, «cumpriremos a determinação da Justiça».

Segundo o presidente da Associação de Pais e Mestres das Escolas do DF, Luís Cassemiro, as escolas particulares de 1º e 2º graus não estão recebendo os resultados dos testes finais ou, em alguns casos, os alunos são impedidos de fazerem as provas de conclusão do semestre. Ele afirma que recebe constantemente denúncias de pais revoltados com o aumento de mensalidades, que consideram excessivo. A mãe de duas alunas do colégio particular «Cor Jesus», que preferiu não se indentificar, transferiu suas filhas para outra escola devido ao aumento das últimas parcelas, que subiram de Cz\$ 883 para Cz\$ 1,4 mil. Ela decidiu não esperar o resultado da ação judicial, porque a liminar só deve sair em agosto.

Luís Cassemiro acredita que esses desentendimentos são fruto da incompetência do Conselho estadual de Educação para estipular o aumento de mensalidade em cada colégio. Segundo ele, os donos de escolas seriam automaticamente beneficiados com os reajustes, porque foram eles os únicos que tiveram acesso às planilhas das escolas que serviram como base para fixar os aumentos. Para o estudante do Ceub, Adriano de Oliveira, membro do Centro Acadêmico de Economia, o justo seria os estudantes terem participação na elaboração das planilhas.